

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

"HISTÓRIA DOS BANCOS CAMPINENSES"

AUTOR

JOSÉ CARLOS RICARDO DE SOUSA

CAMPINA GRANDE - PB

"1986 - 01"

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

HISTÓRIA DOS BANCOS CAMPINENSES

AUTOR

JOSE CARLOS RICARDO DE SOUSA

Monografia elaborada para atender as exigências da conclusão do Curso de Bacharelado em História, e ora apresentada a comissão examinadora composta pelos professores: Josemir Camilo de Melo (orientador), Josefa Gomes e Genny da Costa e Silva.

CAMPINA GRANDE - PB

"1986 - 01"



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

- S U M Á R I O

	Página
Introdução.....	06
2. Bancos: Das Origens ao Brasil.....	09
3. A Economia da Paraíba e o Desenvolvimento do Comércio em Campina Grande.....	15
4. Bancos Campinenses.....	21
5. Notas.....	49
6. Conclusões.....	52
7. Bibliografia.....	54

DEDICATÓRIA

A minha mãe (Estelita), que soube com amor, paciência e perseverança, permanecer ao meu lado em todos os momentos alegres e tristes da vida, e que muito colaborou na minha caminhada do dia a dia.

A memória do meu pai, aos meus irmãos, professores, companheiros de luta, aos grandes amigos, e todos aqueles empenhados na construção de um mundo unido.

A G R A D E C I M E N T O S

A DEUS, pelo dom precioso de me ter dado a vida.

A Chiara Lubich (Fundadora do Movimento dos Focolares), cujo exemplo de vida me fascina.

Ao professor Josemir Camilo de Melo, pela força, pela amizade e pela grande colaboração como orientador desta Monografia.

A professora Josefa Gomes de Almeida e Silva, amiga e mestra, o meu carinho e os meus agradecimentos.

A professora Genny da Costa e Silva, pelo interesse, informações e apoio, relacionados a este trabalho.

Ao professor Micher Zaidan Filho, pela amizade, pela força e pela contribuição dada durante estes anos, não poderia deixar de agradecer.

Aos amigos: Geber Ramalho, Penha Ricardo, Giovanni David, Inácia Feitosa, Fátima Siqueira, Rai, Ari, Reneudo, Simone Branco, Carminha Costa e Emerson. Pessoas de grande importancia em minha caminhada histórica.

- INTRODUÇÃO

O trabalho monográfico que ora apresentamos, não tem somente o objetivo de atender as exigências acadêmicas de conclusão do Curso de Bacharelado em História. Mas, sobretudo contribuir para um melhor conhecimento a respeito da evolução do sistema bancário em Campina Grande.

Para atingir este objetivo, tentaremos mostrar como se originaram os primeiros Bancos, onde surgiram e qual a necessidade que levaria a criação de bancos. Em seguida faremos um estudo sobre a origem e desenvolvimento dos Bancos no Brasil, relatando sobre o nascimento dos primeiros bancos da rede oficial e se estendendo à rede particular de bancos. E também, procuraremos mostrar um pouco da economia da Paraíba, para podermos situar melhor Campina Grande e o seu desenvolvimento comercial.

Ao escolhermos como estudo o sistema bancário em Campina Grande, nada menos de que o entendermos que Campina Grande nos anos 50, ocupava um lugar bastante importante na economia brasileira. Isto provém, conseqüentemente, do grande desenvolvimento comercial e o surgimento dos estabelecimentos de créditos que tornavam Campina Grande, depois da capital do Estado, o principal centro bancário da Paraíba.

Portanto, podemos nos perguntar: qual a necessidade que apresentava Campina Grande para abrir estes estabelecimentos de crédito. Sem dúvidas, devemos a sua abertura à acumula

7 Grande
2 desenv.
1 melhor.

4 grande

ção de capitais realizado pelo comércio.

Este trabalho se limita a ser uma simples contribuição àqueles que se interessam em estudar a origem do sistema de crédito em Campina Grande.

Confessamos que as dificuldades, tanto de tempo, como de acesso ao material não contribuíram para a realização de um trabalho mais completo, pois vários dos documentos existentes nos arquivos da Junta Comercial, já se encontravam totalmente ilegíveis, impossibilitando a sua compreensão. Como também, a não localização dos documentos referentes ao Banco Auxiliar do Povo, fundado em 1928, e que foi uma das primeiras cooperativas de crédito organizada na cidade. Assim como a documentação do Banco dos Empregados no Comércio, fundado em 1929, que mais tarde se tornou Banco do Comércio; a do Banco de Campina Grande, fundado em 1931 pela maçonaria local e dissolvido em 1937. Como também os da Cooperativa Banco Mercantil, fundada em 1937, sob o patrocínio da União dos Retiristas.

Estes estabelecimentos de créditos, cujas informações de sua existência, obtidas através da obra de Epaminondas Camara "Dados Campinenses", nos faz perceber a lacuna que temos de permitir a este trabalho, pela ausência dos assuntos relativos a estes bancos. Por outro lado, o tempo não permitiu que pudéssemos realizar uma pesquisa na Junta Comercial em João Pessoa e também no Jornal A União, para que pudéssemos verificar a existência ou não destes documentos.

Portanto, teremos que tratar sobre a origem, extinção ou incorporação dos Bancos e Cooperativas denominados:

Caixa Rural e Operária de Campina Grande; Banco Popular de
Campina Grande S/A; Banco Industrial de Campina Grande S/A;
Banco do Comércio de Campina Grande S/A; Cooperativa Agríco-
la de Crédito Popular de Campina Grande Ltda; e a Cooperati
va Banco Agrícola e Mercantil da Borborema Ltda.

2 - BANCOS: DAS ORIGENS AO BRASIL

Na antiga Babilônia, quando ainda não havia a moeda metálica, já existiam pessoas que emprestavam, tomavam emprestado e guardavam dinheiro de outros. O dinheiro tinha um certo caráter sagrado e guardado pelos sacerdotes nos templos. Na Grécia antiga, tinham os banqueiros o nome de trapezitoes. Em Roma, eram chamados de argentarii. Segundo estudiosos de arqueologia, já não há dúvidas de que foram fenícios os primeiros a realizarem operações bancárias. Entretanto, foram os romanos que deram o nome hoje universal à instituição. A denominação do nome banco, vem se dá pelo fato dos banqueiros realizarem seus negócios sentados em bancos, na rua. A principal ocupação dos bancos era a troca de moedas, mas também aceitavam depósitos e faziam empréstimos. ✓

Durante a Idade Média, em muitas cidades foi considerada ilegal a atividade de emprestar dinheiro. A igreja desaprovava a cobrança de juros e os cristãos abstinham-se de exercer esta ocupação, o que, segundo alguns autores, explica a preponderância de judeus no estabelecimento de casas bancárias em vários países da Europa.

Portanto, com o desenvolvimento do comércio, se introduziu pouco a pouco o costume de depositar o dinheiro em um banco, em troca deste depósito o depositante recebia um certificado (ou papel-escrito) pelo qual o banqueiro se comprometia a restituir a ele ou ao seu procurador, e mais tarde ao portador do certificado a quantidade de moeda depositada. É portanto, desse fato que se origina o bilhete de banco. Com essa elevadíssima função de emissor de dinheiro, os cambistas, ou banqueiros, que no caso já seriam as mesmas pessoas, desfrutavam um prestígio financeiro bastante alto e davam aos seus negócios mais uma atividade de enorme importância econômica.

O primeiro banco ou débito público foi fundado em Veneza em 1171. Charles Conant diz "que um dos primeiros bancos públicos da Idade Média foi o Monte della Pieta, de Nápoles". Em 1407 era fundado o Banco de São Jorge, em Gênova; em 1500 o Banco de Veneza; em 1609 o de Amsterdã; em 1619 o de Hamburgo; e em 1694 o de Londres. ⁽¹⁾

Mas, a origem dos bancos remonta a cerca de 600. anos antes de Cristo. Como por exemplo a Egibi e Cia. A ação deste Banco era considerável, como tem sido verificado, ao decifrar os Caracteres gravados em ladrilhos encontrados na Síria, Palestina, Àsia Menor etc. Esses ladrilhos representavam, consoante as inscrições, autênticas letras de câmbio, bilhetes bancários emitidos ao portador, com ou sem caução, assim como obrigações diversas, à vista, nominais ou ao portador e, enfim, todos os documentos de que se servem, hoje, as casas bancárias. ✓

Outros ladrilhos do mesmo gênero encontrados na Mesopotâmia, depois de decifrados, demonstraram que a profissão de banqueiro é milenária, sendo só de admirar a coragem das pessoas que negociavam com esses banqueiros, as quais tinham de carregar aquela pesada documentação, quando se deslocavam de um para outro país. (2)

Verificando o caso do Brasil no seu período sem bancos, apresentava um comércio interno escasso e difícil, apesar de alguns períodos relativamente intensos, como o do auge do ciclo do ouro, no século XVIII. E, com o comércio externo praticamente monopolizado e limitado à Metrópole, era rudimentar, na época do Brasil Colônia, a organização financeira, de crédito e monetária.

Em toda a História Colonial, apesar das alegadas dificuldades de crédito, não se progamou a organização de bancos. Na própria Metrópole Portuguesa, embora a tradição bancária na Europa vir do século XII, o assunto só começou a ser cogitado nos últimos anos do século XVIII, em face principalmente do problema da emissão de moedas conversíveis. →

Manda a verdade acrescentar, porém, que as crônicas registram uma tentativa brasileira e regional. Deu-se no Maranhão, em 1799. O governador, D. Diogo de Sousa, para executar ordens reais de crédito em benefício da agricultura, cuidou de uma organização bancária. Diligenciou pessoalmente e mandou um "bando" correr os maiores da terra, para levantamento de capital. Ninguém se animou, porém, com uma empresa que garantia juros de apenas 3%, quando o comércio rotineiro permitia 30%. E não mais se falou no assunto. (3)

Na época de D. João VI, as dificuldades de numerário eram tantas que os principais comerciantes do Rio de Janeiro, segundo depoimento de Spix e Martins, juntaram-se e reuniram determinada soma de capital expressa em títulos de responsabilidade comum. Esses títulos começaram a girar entre eles, como meio liberatório de pagamento. Com o tempo, todavia, tiveram giro mais amplo, servindo ao comércio em geral, embora fossem simples documentos de dívidas daquele grupo de mercadores. A experiência dos comerciantes serviu apenas de amostra das dificuldades reinantes e de indicação rústica da solução bancária.

Portanto, neste mesmo período aos 12 de outubro de 1808 foi criado o primeiro "Banco Nacional", que denominado de Banco do Brasil, tinha como objetivo a emissão de papel-moeda. Este banco foi fundado quando o Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, abriu os portos da grande colônia americana ao comércio estrangeiro. Neste período o estado de nossa moeda era o melhor que se podia desejar; o ouro servia para os pagamentos avultados, a prata e o cobre para as pequenas transações.

Para sustentar o estabelecimento, concedeu-lhe o príncipe, por Alvará, varios favores e privilégios, entre os quais assegurava ao estabelecimento, o privilégio dos depósitos judiciais, ficando extinto o cofre dos depósitos até então existente; e também, para o depósito dos fundos que havia nos cofres dos órfãos e das ordens terceiras, pagando por sua vez o Banco ao juízo dos órgãos e às irmandades religiosas, o juízo previsto na lei, tratava-se com isso de formar caixa para o banco. O capital do banco era de 1.200 contos, distribuído em 1.200 ações de um conto de réis. ⁽⁴⁾

Este banco teve fim com a saída de D. João VI, que deixou nos cofres apenas 200 contos em moeda para troco de notas circulando no valor de 8.872 contos. Diante desta situação a liquidação deste banco durou cerca de seis anos, após decretada a sua extinção.

No primeiro Império, muito dos homens públicos que combateram o primeiro Banco do Brasil e contribuíram decisivamente para sua extinção, sentiam a necessidade de um esta-

belecimento dessa ordem para atender aos reclamos públicos e particulares do Brasil, naquela época. Mas, a tentativa inicial falhou; - - - - - proseguiram os esforços, com novas proposições e sugestões.

Durante a Regência, tentou-se em vão criar um novo Banco do Brasil, mas, neste período foi quando surgiram os bancos particulares. "No Maranhão, em 1833, organizou-se uma comissão oficial para estudar o estabelecimento de um banco. Mas, só depois da Regência, a idéia havia de concretizar-se. No Ceará, fundou-se um banco particular em 1836, que, apesar do auxílio oficial, só durou três anos, pois não reuniu mais' que 60 contos de capital. (5)

O problema bancário, porém, apresentava-se mais premente na capital do país, principal centro financeiro e, de certa forma, habituado à experiência do primeiro Banco do Brasil. Em 1838, comerciantes e capitalistas fundaram com o capital inicial de 2 mil contos, o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Esse banco teve vida relativamente longa e fundiu-se, no segundo Império, com outros, dando origem ao segundo Banco do Brasil.

Tanto o pequeno banco do Ceará, como o do Rio de Janeiro, embora particulares, tinham pretensões emissoras. Calógeras acha que o Banco Comercial do Rio de Janeiro, prestou reais serviços a praça do mesmo nome, pois resolveu engenhosamente problemas de crédito e circulação. (6)

As experiências de legislar sobre a criação de bancos, continuavam, como nas províncias de Pernambuco, Minas, São Paulo, sempre com vistas à emissão. Portanto, a provincialização dos bancos passou a ser uma tese largamente admitida na época, devido à vastidão do país e às dificuldades de comunicação. Modernamente, um estudioso das finanças brasileiras, o professor Derival Teixeira Vieira, justifica essa tendência a regionalização como um imperativo da realidade econômica e financeira do país. Portanto, o aspecto a se salientar da iniciativa do Rio de Janeiro, amplamente vitoriosa, é que a mesma resultava do empreendimento particular. Os homens de negócio sentiram a necessidade de um banco e realizaram-no à feição dos seus interesses. O Banco não teve nenhum bafejo oficial. Ao contrário, foi mesmo dificultado em 1842. Mas,

preencheu uma lacuna, realizou uma tarefa. Na história financeira do país, aparece como um marco da capacidade de organização da livre empresa nacional. (7)

As iniciativas bancárias do Ceará e do Rio de Janeiro logo encontraram imitações. Fundaram-se bancos na Bahia (1845), no Maranhão (1846), no Pará (1847) e em Pernambuco (1851), depois de tentativa frustrada em 1847, com o nome de Banco Comercial. E em 1851 ainda, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, fundou-se, sob feição particular, o Banco do Brasil, o terceiro com esse nome. O Banco do Brasil de Mauá, é tido geralmente como a primeira grande iniciativa bancária do Brasil independente. Teve filiais em São Paulo e no Rio Grande do Sul. O capital declarado foi de 10 mil contos, tendo realizado até 1854, último ano de operações, o total de 8 mil. Achava-se assim no encalço de seu direto competidor, o Comercial do Rio de Janeiro, 13 anos mais velho, quando foi absorvido pelo novo Banco do Brasil, o oficial. (8)

No segundo Império, o governo não via com bons olhos as atividades dos bancos particulares, emissores de vales. Temia pela depreciação de seus papéis. Poderia haver ainda certo ressentimento oficial: os bancos emitiam a prazo, e os vales vencidos não voltavam depois de 5 ou 10 dias, mas ficavam circulando indefinidamente. Em verdade, admitia-se que também a deficiência do meio circulante, sobretudo nas províncias, contribuía para a absorção dos vales na rotina do comércio. Acontece ainda que, precisando muitas vezes de crédito, nem sempre o governo conseguia descontar os seus títulos na rede bancária privada. A propósito, registra-se queixa governamental contra negativas do Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Apesar disso, o governo temia por eventual malôgro das atividades bancárias. Tanto que, em julho de 1853, mandou emitir 4 mil contos (em notas do tesouro) para solucionar eventuais dificuldades dos bancos da côrte em atenderem solicitações do comércio, devido ao que chamaram na época de pressão monetária.

O governo através do Ministro da Fazenda, Visconde de Itaboraay, em 1850, lança um projeto de criação de um banco nacional, de depósito e descontos, monopolizando as emissões.

Era o 3º Banco do Brasil.

O novo Banco do Brasil foi fundado com o capital de 30 mil contos, em 150 mil ações de 200 mil-réis cada uma. 80 mil ações seriam distribuídas entre acionistas do Banco do Brasil particular, de Mauá (50 mil), e do comercial do Rio de Janeiro (30 mil), que cessaram de funcionar. Além, disso, 40 mil ficaram reservadas à subscrição nas províncias onde se instalassem as caixas filiais do Banco. Transformaram-se em caixas filiais os bancos provinciais da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. (isto em 1855).⁽⁹⁾

Era a unificação de todo o sistema bancário nacional. O novo estabelecimento monopolizara as emissões de papel-moeda do tesouro, à razão de 2 mil contos por ano.

O presidente e o vice-presidente do banco eram nomeação do Imperador, o que dava ao governo grande ascendência sobre a empresa. A partir de 1857, instalaram-se como emissores, o Banco Comercial e Agrícola, com sede no Rio, o Banco do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, o Banco de Pernambuco, com sede em Recife, o Banco do Maranhão, com sede em São Luiz, e em 1858 o Banco da Bahia. Além desses, o Banco Rural e Hipotecário, que já vinha funcionando anteriormente, reorganizou-se, visando adquirir a faculdade emissora.

Durante o II Império, surgiram ainda os primeiros bancos estrangeiros. Mauá, que manteve ativas ligações com o exterior, foi um dos introdutores de bancos particulares com sede fora do país e interessados em participar da atividades econômicas brasileiras.

No começo da 1ª República, em seguimento ao que se observara no fim do Império, registrou-se grande interesse pela formação de bancos.

Na segunda República, o objetivo principal foi criar um Banco Central. No entanto, a guerra mundial estava gerando novas atividades econômicas, e a rede bancária expandia-se para atender às exigências do processo econômico.

Finalmente em 1964, o governo conseguiu realizar a reforma bancária, foi reestruturada o sistema financeiro nacional, que passou a ser controlado pelo Conselho Monetário Nacional e a ter como parte destacada o Banco Central da República do Brasil.

3 - A ECONOMIA DA PARAÍBA E O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EM CAMPINA GRANDE.

Analisaremos a história econômica da Paraíba, para que possamos situar também a vida econômica de Campina Grande. Não pretendemos relatar uma história econômica da Paraíba desde suas origens. Trataremos do seu desenvolvimento econômico anterior ao surgimento dos bancos e também relacionando o surgimento destes bancos com o desenvolvimento econômico neste Estado.

Segundo Celso Mariz, o aceleramento da produção e do comércio na Paraíba, na sua vida econômica e administrativa, pode-se atribuir a três fatores principais: a alta dos produtos, as obras do Governo Federal contra as secas e o fomento Agrícola, com relativo amparo aos lavradores, por parte do Governo do Estado. (10)

A exportação da Paraíba, de 1920 a 1924, somou 370.413.914,00. (11) Viam o comércio do algodão como a cultura mais rendosa no regime climatérico das zonas de plantio. Mais rendosa no sentido da produtividade e da procura que nos últimos anos se desenvolveu por circunstâncias ocorrentes nos velhos países da Europa e da Ásia.

Com este surto do algodão nos fins dos anos 30 na Paraíba, não se pode dizer que diminuiu a da cana. Elevou-se sobre esta, porque interessou logo às várias zonas produzindo com pouca chuva. Mas, a lavoura canavieira prosseguiu aumentando, melhorando, crescendo no número de usinas e de engenhos. Podemos dizer que foi o açúcar que começou a civilização agrária na Paraíba, isto através do engenho que Martin Leitão mandou construir para a Fazenda Real. Porém, anteriormente já havia a exportação do pau-brasil.

Voltando a falar ainda do algodão, produto de grande importância da economia paraibana, aproximadamente em 1905 a mão-de-obra atraída pela lavoura paulista, deixava em apuros os plantadores de algodão, tendo que usar as mulheres camponesas e até as crianças para resolver o problema da colhei-

ta.

Em 1923, o inspetor Diógenes Caldas iniciou a fundação de Caixas Rurais, de início em Bananeiras. E seguiram-se outras nos municípios do brejo e da caatinga, encaminhando-se assim a obra de crédito popular cooperativista na Paraíba.

A partir daí, começa uma iniciativa de fundações em todo o Estado, como a criação da Caixa Rural e Operária em 1927, e depois o Banco Central em 1928, instalados na capital do Estado. Posteriormente surge o Banco Auxiliar do Povo, de Campina Grande, e o Banco Auxiliar do Comércio, de João Pessoa.

O ano de 1934 foi um ano de grande produção agrícola, diante disto a vida do Estado reentrou num clima de desafogo. O Governo criou então ânimo para executar utilísimos serviços de construção e fomento. (12)

Nesta época inicia-se, com benefícios oficiais, a fábrica de cimento Dolabela Portela, enquanto a indústria de óleo de caroço de algodão recebe ajuda do Estado. Ajudas indispensáveis para poder competir com a de S. Paulo. Com este desenvolvimento da economia, organiza-se a Caixa Central de Crédito Agrícola (decretos de 10 de janeiro e 08 de novembro de 1934), sob a base dos recursos destinados, nos orçamentos de 1929 e 1931, ao capital do Banco de Crédito Hipotecário ideado por João Pessoa, com o plano de favorecer, pela brandura dos prazos e juros, a segurança dos agricultores.

Após 1934, deu-se um avanço na cultura e na indústria do algodão, tanto que no fim de 1935 estavam estabelecidas aqui a "Anderson Clayton e Cia Ltda, e a Sanbra", duas poderosas organizações da indústria e do comércio algodoeiro. A Sanbra incorporou, então, as organizações da sociedade algodoeira do Nordeste brasileiro, expandindo seus estabelecimentos em nove grandes usinas e prensas de alta densidade nas várias zonas do Estado.

Estas duas firmas, com moderna maquinária americana vinha extinguir os organismos pequenos, e se tinha como um grande perigo ameaçador para as pequenas empresas. A Anderson Clayton e Cia, encampou além de outras, as usinas e prensas



de Campina Grande, Alagoa Grande e Cabedelo; juntou, à nova organização, outros grandes e mais modernos estabelecimentos em Cajazeiras, Patos, Ingá e Caiçara.

Com a criação das usinas, estabelecia-se um regime particular de financiamento aos lavradores. Não era de certo uma concessão sem interesse. Mas, não deixava de vir representar um sangue novo em terra onde o crédito rural só de pouco, e em proporções limitadas, fora instituído pelo Governo. Vinha a ser um concurso valioso no incremento das plantações. (13)

A grande reprensadora hidráulica que Campina Grande possuía, fundada por Heronides de Holanda em 1920, foi adquirida pela Anderson Clayton. A Sanbra em seguida levantou a sua. Logo a Companhia Comércio e Prensagem de Algodão, Araujo Rique e Cia, Demóstenes Barbosa e Cia; e outras firmas paraibanas, também se aparelharam de grandes prensas.

Anderson Clayton e Sanbra com relação à maquinaria de descaroçamento, apressaram a nossa renovação.

A Paraíba em 1935 tinha para mais de 800 descaroçadores pequenos. Dois terços deles encerraram sua carreira laboriosa, devido ao monopólio destas grandes empresas. (14)

- CAMPINA GRANDE

A Vila de Campina Grande na década de 1850 - 1860, apresenta algumas crises, com repercussões no comércio e na feira de cereais. Eis como relata essas crises o historiador Epaminondas Câmara: "Crise moral com o relaxamento dos costumes de certos moradores. Crise política com o esfacelamento da corrente conservadora e conseqüente hipertrofia liberal. Crise religiosa com a absorção dos vigários na política e o descaso que davam aos deveres espirituais. Crise comercial cada vez mais grave, em razão de epidemias, com a febre amarela que, em 1852, se generalizou no município. Crise econômica proveniente da grande seca de 1845 e dos repiquetes que se sucediam constantemente". (15) Entre estes podemos citar Quebra-Quilos, que foi um movimento sem idealismo, grupos de camponeses que se juntavam com criminosos para invadir povoações vilas e cidades, soltando presos, perseguindo maçons, tomando

dinheiro, ameaçando, destruindo pesos e medidas, incendiando os arquivos públicos. Sua origem vem da Serra de Bodopitá, na povoação de Fagundes, distrito de Campina Grande. (16)

Estes grupos entravam na feira para quebrar as cuias das mãos dos vendedores, a recolher os pesos de todos os tamanhos, atirandos em seguida no açude velho, quando invadiram a feira de Campina Grande em 21.11.1874. Também, os escravos procuraram tirar partido da balbúrdia, na ânsia de libertação. O maior prejuízo causado foi a destruição dos arquivos públicos, lamentado até hoje.

Também, se coloca como causador desta revolta a Igreja, pelo fato de que os padres colocavam o povo contra o Governo; foram presos 34 padres, porém, todos foram absorvidos.

Não poderíamos deixar de registrar a grande seca de 1877, a maior que já houve no Nordeste. Esta seca durou tres anos já no primeiro eram extensos por toda parte os estragos, deslocando-se a população sertaneja em direção aos brejos e litoral, a fim de não morrer de fome e sede. De todos os pontos do municipio o que mais sofreu, o que assistiu aos quadros mais tétricos, crianças morrendo de fome, foi Pocinhos. (17)

Causou a seca de 1877 grande devastação em todo o Nordeste.

Mais tarde no ano de 1895, marcado pelo grande acontecimento da emissão de Vales, denominado de Rasga-Vales, já tão bem conhecido por todos. Estes vales tido como irregulares, era^m um papel impresso com a assinatura do comerciante responsável, cujo fim estava na facilitação das transações comerciais, dada a escassez de moedas de pequeno valor em circulação. Constituía uma infração a dispositivos legais, mas era frequentemente usado, de preferência nos dias de feira, para desembaraço do troco.

Estes vales eram oficialmente proibidos de circular. Em Campina Grande o impedimento da circulação de vales ao portador não se fez impácialmente no cumprimento da instrução oficial, mas como oportunidade para vinganças políticas,

para satisfação de represálias pessoais.

A política em Campina Grande, à época, não tinha ' complacências. Acima de tudo, a destruição do adversário.

Em agosto de 1895, dia de feira, combinaram o promotor público, o prefeito municipal e o delegado de polícia, acabar com a contravenção, não pelos meios legais, mas violentamente. Acompanhados de soldados, saíram às ruas, a apreender e a rasgar os vales dos adversários, e de preferência os emitidos por Cristiano Lauritzen, Lindolfo Montenegro, Alfredo Espínola e Joaquim Henrique de Araujo. (18)

Sendo os vales tomados dos feirantes, e estes valendo dinheiro, sobre eles recaíam os prejuízos. Rasgados os vales eles não podiam mais receber a importância equivalente.

Esta maneira de agir das autoridades provocou protestos e uma luta de feira em que morreu um soldado de polícia. Aproveitaram-se, então as autoridades para atribuírem ' aos adversários a responsabilidade do crime.

Portanto, Cristiano Lauritzen, Lindolfo e Espínola, sofreram cadeia por uma culpa cuja apuração devia muito ' à boa vontade do domínio contrário.

O processo envolveu aquelas três altas figuras e a prisão na capital lhes dava agora, além das virtudes e prestígios que de fato possuíam, uma auréola de martírio e de belos sacrifícios pelo povo. Como todos sabem, a passagem pela cadeia, de comum considerada ' desabono para os pobres, passa a ser um relevo, um privilégio, sobretudo quando originado por um motivo público. (19)

Podemos verificar que sendo este um período sem bancos, mesmo assim os comerciantes já procuravam uma maneira mais evoluída de comercializar. Foi muito lento o progresso registrado em Campina Grande, desde a criação da cidade ' até o início do século XX, a não ser no setor comercial.

Afirma o autor de "Dados Campinenses", Epaminondas Camara, que deve ter sido aumentado quatro vezes ou mais o volume das operações comerciais. Basta verificarmos que em 1864 existiam cerca de trezentos prédios e em 1892 mais de quatrocentos. Ao findar-se o século, talvez já existissem '

quinhentas casas, chegando a seiscentas em 1907, quando veio a estrada de ferro. E tudo se renovou com a ferrovia que influenciou sobremodo para integrar sua gente e suas cousas num sentido mais moderno, ou menos antiquado.

O ilustre historiador descreve as repercussões da nova linha férrea, afirmando que "com a estrada de ferro a cidade começou a crescer e seu comércio ressurgiu vencendo imediatamente Guarabira e Areia, Alagoa Grande e Itabaiana. Ponto terminal de trens, para ela foram convergindo todos os tropeiros e boiadeiros do interior".⁽²⁰⁾

Surgem na cidade colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacados e de algodão em pluma.

Com este crescimento do comércio em dezembro de 1926, funda-se a Associação Comercial. Em 1928 a cidade já possuía 4.259 casas. Foram instaladas duas fábricas de fiação e estopa - a Bodocongó, de Aires e Cia., (depois passando a pertencer à S.A. Industria Têxtil de Campina Grande) e a Marques de Almeida e Cia.

O comércio dilatou suas atividades pelo interior dos Estados vizinhos, e na cidade foram instalados armazéns por atacado, de tecidos, ferragens, miudezas, louças, material de saneamento etc., etc. Apareceram fábricas de gelo, mosaico, arame, tecidos grossos e sacarias, laticínios, móveis, calçados, etc; etc. Os bancos, pondo à margem os agiotas, fomentaram o crédito regional, influenciando de modo interessante na vida econômica do Estado.⁽²¹⁾

Todo esse poderio de Campina Grande, principalmente no setor comercial, reflete-se na vida financeira e, consequentemente, em sua organização bancária. Nada menos de 15 bancos (incluindo as cooperativas que funcionavam como bancos) atuavam ativamente em Campina Grande, sendo que nove dentre eles eram as próprias matrizes.⁽²²⁾ Conforme veremos no capítulo que se segue.

4 - BANCOS CAMPINENSES

O surgimento dos bancos de capital campinense é uma consequência do seu desenvolvimento econômico e um avanço cada vez maior do setor comercial. Em 1930, período do surgimento dos primeiros bancos, Campina Grande já contava com 4.500 prédios e 52 escolas públicas.

Um dos sinais neste mesmo ano, é a importância da consolidação comercial da cidade com o aparecimento dos primeiros caminhões em tráfego regular. Consequentemente entra em decadência, o ciclo das carroças de boi e dos camboieiros, que prestaram tão relevante serviços ao desenvolvimento de Campina Grande. ⁽²³⁾

Em 1936 Campina Grande já era considerada a principal cidade do interior do Nordeste brasileiro, pelo seu intenso comércio de algodão, se colocava na 3ª praça algodoeira mundial. Portanto, sabemos que a abertura dos bancos em Campina Grande, se deve à acumulação de capitais realizados pelo comércio. Pelas datas de fundação destes bancos ou das agências, verifica-se, que o mais antigo a ser instalado em Campina Grande foi o Banco do Brasil em 1922. Seguiu-se o Banco Auxiliar do Povo S/A, fundado em 1934. Todos os outros surgiram a partir de 1939-40, coincidindo, portanto, com a fase de maior desenvolvimento da cidade ligada à ampliação das relações regionais graças à circulação rodoviária.

Mas, antes disso tivemos uma Cooperativa fundada pela Igreja.

- CAIXA RURAL E OPERÁRIA DE CAMPINA GRANDE

Diante deste crescente desenvolvimento comercial, surge aos 20/12/1930, um estabelecimento de crédito denominado de: SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE ILIMITADA - CAIXA RURAL E OPERÁRIA DE CAMPINA GRANDE, fundada no consistório da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Percebemos em primeiro lugar, o papel da Igreja na vida econômica de Cam-

pina Grande, ela como instituição cristã, não estava somente preocupada com o fator espiritual, mas, também com a vida econômica.

"Com a denominação de CAIXA RURAL E OPERÁRIA DE CAMPINA GRANDE, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição e inteira orientação da autoridade eclesiástica, fica constituída entre os abaixo assinados, por iniciativa da União de Moços católicos de Campina Grande, uma sociedade Cooperativa de crédito popular, sob responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada de todos os sócios, presentes e futuros nos termos do decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907, e de acordo com os princípios da pastoral coletiva dos Shrs. Arcebispos das províncias meridionais do Brasil, do ano de 1915, expostas em o número 1550, capítulo VIII, extripação de vícios" (24)

A sociedade com sede em Campina Grande, limitando a sua ação ao território do município do mesmo nome, teve como período de duração trinta (30) anos. Sua finalidade principal era combater a usura, fornecendo a juro módico, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes assim o exercício de sua profissão.

A sociedade, também, recebia depósito a prazo fixo, ou em conta corrente de movimento, dinheiro a juros, não só dos sócios como de pessoas não sócias.

A sociedade foi constituída sem capital, nos termos do art. 23, do decreto nº 1637, de 05 de janeiro de 1907, não sendo os sócios obrigados a fazer entrada alguma em dinheiro pelo fato de sua admissão, cuja primeira diretoria tinha na presidência o Monsenhor José Tibúrcio e os Secretários Antonio Primola e Prisco Serrano Navarro.

Os lucros verificados anualmente eram distribuídos da seguinte forma:

- a) 50% para fundo de reserva
- b) 50% para serem aplicados em obras de ação social católica, a cargo da União de Moços Católicos, ou outras a seu critério, no Estado da Paraíba.

Portanto, em caso algum a sociedade distribuía dividendos a seus sócios. E o fundo de reserva era destinado a

reparar os prejuízos eventuais da sociedade. "Fica pois, muito claro que jamais será partilhado esse fundo pelos sócios, constituindo propriedade exclusiva da sociedade, pelo que não terão direito a ele o sócio demissionário ou excluído, nem os herdeiros, nem credores de sócio falecido."

Em caso de dissolução da sociedade, o fundo de reserva era entregue a União de Moços Católicos de Campina Grande, para ser aplicados na fundação e manutenção de instituições congêneres na Paraíba.

Tinha prioridade em fazer parte da sociedade especialmente os pequenos lavradores, operários, artistas e jornaleros, que tenham a livre disposição de sua pessoa e bens, gozando de seus direitos civis e não pertencendo a outra sociedade de crédito congênera, não filiados a seitas condenadas pela Igreja (Maçonaria, Anarquismo, Espiritismo, Protestantismo etc). Podemos perceber, por trás de todas estas exigências, uma Igreja totalmente conservadora.

Para cargos da diretoria e do conselho fiscal, eram exclusivamente escolhidos os sócios que fossem também da União de Moços Católicos de Campina Grande. A autoridade eclesiástica, sempre que quizesse, substituíria o delegado em exercício e a sociedade não poderia absolutamente envolver-se em política, nem em operações de caráter aleatório ou de especulações.

Com relação ao pagamento dos funcionários, com exceção da gerência, todos os cargos da diretoria e do conselho fiscal eram gratuitos. A sociedade tinha por obrigação de prestar inteira obediência e fidelidade à autoridade eclesiástica. Os sócios fundadores foram, em número de quarenta e tres, em sua maioria comerciantes, além de agricultores, bancários e func. públicos.

Em junho de 1931, o banco realizou seu primeiro balanço, cujas contas de ativo e passivo demonstram como se realizaram suas operações, neste primeiro semestre.

- ATIVO

- CAIXA.....	8:550\$000
- CONTAS DE BANCOS.....	46:927\$180
- EMP. POR LETRAS.....	45:680\$000
- LETRAS DESCONTADAS.....	38:604\$000
- CORRESPONDENTES.....	2:439\$000
- VALORES CAUCIONADOS.....	600\$000
- DEPOSITANTE DE VALORES.....	500\$000
- MÓVEIS & UTENSÍLIOS.....	472\$000
- OBJETOS DE ESCRITÓRIOS.....	1:291\$700
- DIVERSAS CONTAS.....	823\$200
	<hr/>
- TOTAL.....	145:887\$080

- PASSIVO

- C/C MOVIMENTO.....	74:869\$580
- C/C PRAZO FIXO.....	62:710\$420
- CORRESPONDENTES.....	615\$600
- GARANTIAS DIVERSAS.....	1:100\$000
- DIVERSAS CONTAS.....	6:591\$480
	<hr/>
- TOTAL.....	145:887\$080

Fonte: Diário Oficial - agosto de 1931.

Na realização deste primeiro balanço estava como presidente o Sr. Malaquias do Ó, e na gerência o Sr. Júlio Ferreira Tavares.

O número de sócios cada ano aumentava, e verificamos que em 30 de junho de 1932 a sociedade já contava com 204 sócios, em setembro do mesmo ano já contava com 237 sócios; no segundo semestre de 1934 o número já era de 286 e no primeiro semestre de 1935 já havia aumentado para o número de 318 sócios.

Podemos perceber este grande aumento, tanto no número de sócios, como nas operações realizadas pelo banco. Com a comprovação do balanço realizado em 31 de dezembro de 1934,

tendo um aumento bastante satisfatório com relação ao balanço de 1931. Portanto, vejamos com se efetuou este crescimento.

ATIVO

- CAIXA.....	287:122\$189
- CONTAS DE BANCOS.....	179:096\$560
- EMPRESTIMOS POR LETRAS.....	260:259\$900
- LETRAS DESCONTADAS.....	77:960\$800
- DEPOSITANTES DE VALORES.....	18:692\$780
- MOVEIS & UTENSÍLIOS.....	500\$000
- EFEITOS EM COBRANÇA.....	6:998\$500
- CORRESPONDENTES.....	6:744\$800
- EMPRESTIMOS P/GARANTIA.....	6:000\$000
	<hr/>
- TOTAL.....	843:375\$529

PASSIVO

- C/C PRAZO FIXO.....	286:880\$556
- C/C DE MOVIMENTO.....	449:575\$586
- GARANTIAS DIVERSAS.....	18:692\$780
- COBRANÇA CONTA ALHEIA.....	6:998\$500
- ORDEM DE PAGAMENTO.....	500\$000
- CORRESPONDENTES.....	2:242\$700
- JUROS À PAGAR.....	32:000\$000
- AÇÃO SOCIAL.....	21:784\$473
- FUNDO DE RESERVA.....	24:700\$934
	<hr/>
- TOTAL.....	843:375\$529

Fonte: Diário Oficial - fevereiro de 1934.

Verificamos portanto, um aumento equivalente a 478%, do balanço realizado em 1931 para o realizado em 1934.

Neste período a diretoria era composta de Malaquias de Souza do Ó (presidente), Sebastião Vieira da Silva (vice-presidente), Júlio Ferreira Tavares (gerente), Padre José Medeiros Delgado (assistente eclesiástico). E os sócios de maior relevância eram: Sebastião Vieira, Júlio Ferreira Tavares, Alfredo Barros, Eugrácio Guedes Bezerra, José Vieira Filho, Artur Vilarim (do curtume), João Pimentel, José Leite Melo, José Basílio, João de Sousa do Ó, Isidoro P. de Araujo e João Borges de Castro.

Em 13 de maio de 1943, a CAIXA RURAL OPERÁRIA DE CAMPINA GRANDE foi transformada em BANCO AGRÍCOLA DE CAMPINA GRANDE; em 1968 este banco passou a denominar-se COOP. DE CRÉDITO RURAL DE C. GRANDE LTDA. Quanto à continuidade da CAIXA RURAL através destes bancos, os documentos ilegíveis impossibilitavam a sua compreensão. Mas, o mais importante nesta primeira parte é mostrar como foi constituído o primeiro banco em Campina Grande.

- BANCO POPULAR DE CAMPINA GRANDE S/A

Ainda nos anos trinta surge o segundo banco campinense, inaugurado em 09.12.38, denominado de BANCO POPULAR DE CAMPINA GRANDE S/A, Situado à rua Marques do Herval, 50, a sociedade foi composta por vinte e seis acionistas, representando um total no valor de seiscentos contos de réis (600:000 \$ 000), ou seja doze mil (12.000) ações. Distribuídas entre pessoas físicas e jurídicas. Os sócios fundadores foram Reinaldo Marcelino de Oliveira, Luiz Juvêncio dos Santos e Luiz Marcelino de Oliveira, que creditaram a importância de 150:000 \$ 000, correspondente a 50% do capital a se realizar.

Foi estabelecido o prazo de duração do banco de 15 anos, contados da data da autorização, 07.03.1940, não podendo ser antes dissolvido, e menos que se verifique alguma das hipóteses previstas por lei.

O valor das ações estavam estipuladas em (50\$000) cinquenta mil réis cada uma, porém, estas poderiam ser aumentada por deliberação da Assembléia Geral. O objetivo do banco destinava-se a operar com todas classes ativas do Estado, facilitando-lhes as seguintes transações:

1º) Empréstimo de dinheiro sob caução de duplicatas de faturas, letras de câmbio, warrants, apólices gerais, notas promissórias com garantia idônea e todos os títulos que representam valor; podendo ainda fazer empréstimos com garantia hipotecária.

2º) Descontar e redescontar notas promissórias, duplicatas de faturas, saques sobre a praça, interior e costa, com liquidação no prazo máximo de seis meses, receber qualquer quantia em contas correntes com ou sem juros.

Verificamos portanto, que para exercer qualquer cargo da diretoria era indispensável ser acionista e depositar em caução (cem) 100 ações do próprio banco, em garantia de sua gestão.

Com o crescimento do banco, paralelo ao crescimento do comércio em 1946 o banco já contava com o nº de 78 (setenta e oito) acionistas.

A última diretoria deste banco, eleita em 1955, foi a diretoria que decidiu os destinos do banco, pois tendo terminado em 07.03.1955 o prazo de vigência de sua carta patente, concedida em 07.03.1940, que autorizava o funcionamento do banco pelo prazo de 15 anos, resolvia não continuar mais com a referida sociedade. Assim, vinham, através de escritura, dissolver e declarar em liquidação o BANCO POPULAR DE CAMPINA GRANDE S/A. Para todos os fins de direito ficava nomeado liquidante a sociedade extinta.

Podemos perceber que este banco só sobreviveu no seu período de autorização, não havendo nenhuma tentativa de prolongar a sua existência, e não deixando claro o verdadeiro motivo de sua extinção.

- BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE S/A

O desenvolvimento econômico cada vez maior, gera a necessidade de se criar um banco mais forte, e também a possibilidade de um bom investimento da parte dos associados, isto

é, um melhor emprego do capital, com exclusividade no ramo comercial. E é justamente por este surto comercial e também industrial, que é fundado o BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE S/A, datado de 15.05.1942 e autorizado para funcionar em 26.09.1942, pelo prazo de vinte (20) anos.

A sociedade não foi composta somente por cidadãos campinenses, mas, constatamos a existência de acionistas da cidade de Natal, Rio de Janeiro, Monteiro, Serra Branca, Cuité, Recife, Sapé, João Pessoa e Barra de São Miguel. As profissões dos sócios fundadores eram totalmente diversificadas como mostra a tabela abaixo:

TABELA I

PROFISSÕES DOS ACIONISTAS	QUANTIDADE
Comerciante	43
Func. Público Federal	02
Comerciário	11
Médico	05
Militar	01
Fazendeiro	04
Agricultor	04
Criador	06
Artista	01
Proprietário	01
Bancário	01
Advogado	08
Estudante	02
Menor (Rep. p/pai)	04
Total de acionistas	93

Fonte: Ata da assembléia realizada quando da criação do banco. Datada de 15.05.1942.

Podemos constatar que os comerciantes correspondiam a 46,23%, o que comprova cada vez mais que Campina Grande vi -

nha sendo um grande centro comercial.

Os acionistas de maiores destaques foram: Agnelo Werneck de Amorim, advogado e também comerciante, residente na cidade do Rio de Janeiro, com 400 ações no valor de 200:000\$000; o maior acionista local, Dr. Otávio Teodoro de Amorim, advogado com 200 ações, no valor de 100:000\$000, João Rique Ferreira, comerciante com 100 ações, no valor de 50:000\$000, Álvaro Gaudêncio de Queiroz, advogado, com 12 ações, no valor de 6:000\$000, Aluísio Afonso Campos, advogado com 10 ações, no valor de 5:000\$000 e Veneziano Vital do Rego, criador, com 4 ações, no valor de 2:000\$000. (25)

O capital inicial da sociedade representado por duas mil ações (2.000), no valor de 1.000:000\$000 (Mil contos de reis), valendo cada ação (500\$000) quinhentos mil réis.

O BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE S/A, instalado na rua Presidente João Pessoa, 08 - 1º andar, não se limitava somente ao município nem só ao Estado, mas, consegue ir mais além, abrindo agências em diversas cidades do Brasil.

Aos 27.06.1955, instalou-se agência em Patos, realizando todas as operações bancárias permitidas à sede. Em 01.02.1957, instalou-se a agência de Souza, no mesmo Estado, também com os mesmos direitos de operações. No mesmo dia e ano da filial de Souza, foi instalada outra agência em Campina. O banco também instalou agências na cidade de João Pessoa em 1959, Areia, Cajazeiras e também noutros estados como Rio Grande do Sul, (com a ag. Porto Alegre) em 1968 e também na mesma data no Pará (ag. Belém), no Recife e Rio de Janeiro.

A diretoria inicial do banco foi composta pelos Srs. João Rique Ferreira, Newton Vieira Rique, Nivaldo Vieira Rique e Edival de Souza Carvalho. Podemos perceber a presença marcante da família Rique na administração do banco.

O Banco Industrial crescia rapidamente, e isto verificamos através dos seus aumentos de capital. Estes aumentos vêm se dando pelo elevado índice de crescimento, resultando portanto, uma sensível desproporção entre o seu movimento e o capital social.

A tabela abaixo faz uma demonstração destes aumentos.

TABELA II

ANO	DE	PARA
1958	2.100.000,00	2.640.000,00
1962	2.640.000,00	4.680.000,00
1963	4.680.000,00	5.148.000,00
1966	5.148.000,00	7.776.000,00
1966	7.776.000,00	12.000.000,00
1967	12.000.000,00	25.000.000,00
1968	25.000.000,00	80.000.000,00
1968	80.000.000,00	160.000.000,00
1969	160.000.000,00	320.000.000,00
1969	320.000.000,00	400.000.000,00
1970	400.000.000,00	1.001.000.000,00
1971	1.001.000.000,00	2.100.000.000,00

Fonte: Atas das assembléias relativas a estes aumentos.

Obs. os anos relativos aos aumentos são datas aproximadas.

Sabemos que este avanço é consequência do crescimento econômico em Campina Grande, pois como podemos comprovar, Campina Grande era considerada o maior centro exportador de algodão do país. O impulso maior do Banco é quando, em abril de 1953, assumiu o controle acionário o Sr. João Rique Ferreira e seus filhos, iniciando-se, então, um ciclo desenvolvimentista que é apontado como o mais ascendente do Nordeste. (26)

Com este avanço, em 1967 o Banco Industrial, com a aprovação do Banco Central do Brasil, incorpora o Banco Ribeiro Carvalho S/A, sediado em Santos, no Estado de São Paulo. Mais tarde, no ano de 1969 incorpora o Banco do Trabalho S/A, sediado em Feira de Santana (BA), aumentando assim, em

ambos os casos, o seu capital.

O Banco Ribeiro Carvalho S/A, contava com sete departamentos, o Banco do Trabalho S/A, com cinco casas, instaladas: uma em Belém, uma em Boa Vista, uma no Recife, uma em São Paulo e uma em Aracaju. Neste período foi eleito para diretor-gerente João Rique Filho.

Voltamos ao ano de 1968 para registrarmos a incorporação do Banco de Crédito Mercantil S/A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, pelo Banco Industrial de Campina Grande S/A. O Banco contava com cinco agências no Rio de Janeiro e com elevados depósitos, expressos em quase 12 bilhões de cruzeiros antigos. Foram abertas respectivamente agências em Belo Horizonte, Maceió e Salvador. Com este crescimento permitia acentuar que o Banco Industrial continuava a espalhar-se por todo o país, desde o Pará ao Rio Grande do Sul, elevando o nome de Campina Grande.

Além do Banco de Crédito Mercantil S/A, o Banco possuía ainda três companhias vinculadas ao complexo financeiro liderado pelo Banco, isto é, as empresas associadas:

- RIQUE S/A - Crédito, Financiamento e Investimento.

Sua intensa atuação nos meios financeiros culminou por apresentar o maior índice de crescimento em 1967, entre as numerosas sociedades congêneres existentes no país. Pode instalar uma filial em Recife e o seu capital e reserva já atingiam R\$ 1.553.874,40.

- RIQUE S/A - Crédito Imobiliário.

Sediada em Recife, o pioneiro no ramo no Norte e Nordeste e, por isso mesmo, a de maior capacidade na composição do sistema habitacional naquela área.

- DEFESA S/A - Investimento.

Com sede no Rio de Janeiro, a sociedade distribuidora de valores cujas operações tiveram grandes ascensões.

Verificamos agora o que diz a Ata da Assembléia realizada em 27 de maio de 1969.

" O Banco Industrial de Campina Grande, assumindo direção dos trabalhos, o Sr. João Rique Ferreira (Diretor - Presidente), que passando a palavra ao Sr. Newton Vieira Rique, para que todos tomarem conhecimento da resolução nº 114 de 07 do corrente, o Banco Central do Brasil, baixou sensivelmente as taxas de juros e comissões, principais fontes de renda da rede bancária, originando daí problemas cuja solução depende de profundos estudos, já em andamento, inclusive a redistribuição de nossa rede de agências, com eliminação de casas deficitárias ou que, em fase de saturação, não oferecem possibilidade de crescimento. De acordo com a resolução nº 107, de 03.02.69, tendo um estudo global do conjunto de casas, é-nos permitido a transferência de várias agências, ao mesmo tempo, o que nos faz promover um exame daquelas em fase de estagnação. Concluimos o fechamento das agências Cajazeiras, Souza, Areia, Varadouro, Vila Matias, além da transferência já prevista da Carta Patente da nossa agência em Salvador, que se deslocará para a rua Portugal. O remanejamento permitido pela resolução 107 nos autoriza a instalar novas agências em Paulista (PE), Olinda, Santo André (SP), Niterói, e Curitiba." (27)

Foi um resultado bastante favorável, pois as novas agências tinham maiores condições para o crescimento de depósitos.

Quando do vencimento do prazo de duração do Banco, o Banco Central do Brasil prorrogou automaticamente o prazo, sendo este por tempo indeterminado. Porém, em 1972 as coisas tomaram rumos diferentes, como podemos comprovar através do relatório da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10.10.1972, para fins de conhecer e deliberar sobre a seguinte ordem: incorporação da sociedade pelo Banco Mercantil de Minas Gerais S/A, com sede em Belo Horizonte. A incorporação foi realizada por considerar que a operação é altamente vantajosa para os acionistas do Banco Industrial de Campina Grande S/A. A incorporação produziu uma valorização de

30,43% no valor das ações do Banco Industrial de Campina Grande S/A.

Em consequência da incorporação, a sociedade ficará extinta e, na forma do que está exposto, os senhores acionistas passarão a participar do capital social do Banco incorporador. Concluída sua exposição, o Sr. Presidente franqueou a palavra, dela fazendo uso o acionista Sr. Pericles Gomide Junior que apresentou sua inteira concordância com todas as condições estabelecidas para a incorporação, surtindo que a operação e as condições estipuladas fossem submetidas à aprovação. Como ninguém mais se pronunciou, o Sr. presidente colocou em votação a incorporação do Banco Industrial de Campina Grande S/A, ao Banco Mercantil de Minas Gerais S/A.

Foi aprovado, igualmente, o laudo de avaliação, que fixou em R\$ 31.305.457,30 o valor do patrimônio líquido do Banco Industrial de Campina Grande S/A. (28)

Os acionistas do Banco Industrial; exceto o próprio incorporador, receberão ações deste, pelo valor nominal, ordinárias ou preferências, conforme seja a categoria que cada um possuir, nas seguintes quantidades: 3.921.217 ações ordinárias nominativas e 13.716.277 ações preferências, nominativas do valor nominal unitário de R\$ 1,00 (Um cruzeiro). (29)

O decreto lei nº 2.627 de 26.09.1940, nesses termos, declarou extinto o Banco Industrial de Campina Grande S/A. Podemos verificar que a incorporação não foi por motivo de decadência do Banco, mas, foi justamente pelo fato do Banco incorporador ter feito uma grande oferta, fazendo, então o Banco Industrial aceitar a referida proposta.

- BANCO DO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE S/A

Como o ano da fundação do Banco Industrial, 1942 foi marcado por grandes conquistas comerciais, um ano depois, 1943, aos 26 de agosto é constituída a sociedade Banco do Comércio de Campina Grande S/A. Podemos verificar a necessidade cada vez maior que se tinha em aplicar o capital de uma maneir

ra que considerava rentável, o que na verdade, era justamente o que acontecia. Mas capital nas mãos dos que já possuíam.

- O BANCO DO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE S/A, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba, destinado a realização de todas as operações bancárias permitidas por lei, exceto às de câmbio de crédito real, de compra e venda a prestações e títulos públicos e do comércio de ouro e metais preciosos. O Banco iniciou com o capital de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), em ações no valor nominal de duzentos cruzeiros (200,00), cada uma, representadas por (15.000) quinze mil ações nominativas. A efetivação das ações será uma prestação inicial de sessenta por cento (60%) realizada no ato da constituição da sociedade, e outra de quarenta por cento (40%), trinta (30) dias depois que o Banco iniciasse suas operações.⁽³⁰⁾

A duração da sociedade foi estipulada por vinte (20) anos, a contar da data de sua fundação, podendo esse prazo ser prorrogado por deliberação da Assembléia Geral. Não era permitido ao Banco emprestar, descontar, comprar ou vender a qualquer de seus diretores ou funcionários, não podendo de forma alguma transigir com os mesmos.

Com relação a sociedade podemos perceber tanto neste Banco, como nos já mencionados, a presença maciça dos comerciantes na constituição destes bancos. A tabela abaixo faz uma demonstração das diversas profissões dos acionistas fundadores do Banco, isto em 1943.

PROFISSÕES DOS ACIONISTAS	QUANTIDADE
Comerciantes	145
Advogados	07
Comerciários	12
Militar	01
Func. Púb. Federal	01
Bancários	05
Industrial	01
Banqueiro	03
Agricultor	10
Doméstica	20
Professor	03
Médico	04
Criador	01
Dentista	01
Guarda-livros	03
Func. Público	03
Contador	04
Engenheiro	02
Menores	27
Total dos acionistas	253

Fonte: Ata da assembléia realizada quando da fundação do Banco.
Datada de 26.08.1943

Neste Banco os comerciantes representavam a maior parte (57,31%), o que faz comprovar o crescente aumento dos comerciantes neste ramo, se verificarmos a tabela I.

Verificamos também que os acionistas não só se limitavam à praça de Campina Grande, como também de outras praças como: Natal, Recife, Maceió, João Pessoa, Patos, Areia, Fortaleza, Queimadas (PB) e Pombal.

Dos acionistas que mais se destacaram temos: O Sr. João Rique Ferreira, comerciante e também acionista do Banco Industrial, o Sr. Roldão Manguiera de Figueiredo, comerciante,

e mais tarde conhecido por todos como fundador da seita Borboletas Azuis; O bancário e historiador Epaminondas Câmara, o advogado Dr. Ernani Satiro, também o advogado Dr. Aluisio Afonso Campos, e o Dr. Otávio Amorim, acionista do Banco Industrial.

Com relação à parte administrativa verificamos que o mandato de cada diretor era exercido pelo prazo de três (3) anos, podendo haver reeleição. Cada diretor tinha obrigação de depositar um caução de cinquenta (50) ações do próprio Banco, para garantia de sua gestão que poderá ser prestada por ele próprio ou qualquer acionista.

A primeira diretoria foi constituída por: José de Brito Lyra (Presidente), Wergniaud Wanderley (Secretário), Abelardo Fonseca (gerente) e Júlio Ferreira Tavares (Sub-Gerente). O conselho fiscal ficava constituído por: João Araújo, Alfredo Barros, Ascendino Moura. Além dos suplentes Luiz Soares, Otoni Barreto e Luiz Mota.

Na história do Banco do Comércio, vamos encontrar uma lacuna no período de 1943 a 1947, pois nas pesquisas que realizamos constatamos a falta da documentação relativa aquela época. O que nos faz realizar um estudo pós-1948.

Como todo estabelecimento de crédito, o Banco do Comércio enfrentou uma fase muito grave e de consequências quase irremediáveis para o equilíbrio do conceituado estabelecimento de crédito. Foi o vultoso desfalque de R\$ 3.155.591,00 (três milhões, cento e cinquenta mil, quinhentos e noventa e um cruzeiros), que se constatou em fins de setembro de 1948, e mais R\$ 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros) pagos, devidamente legalizado, de propriedade de dona Júlia Nóbrega dos Santos. O esclarecimento que foi dado é que esse depósito havia sido pago irregularmente, sem ficar o Banco, devidamente documentado, perfazendo assim a importância de R\$ 3.255.591,00 (Três Milhões Duzentos e Cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um cruzeiros. ⁽³¹⁾)

A esse tempo ocupava a gerência o Sr. Abelardo de Aquino Fonseca que deu queixa do fato criminoso ao chefe de polícia do Estado, o qual designou um delegado especial que

para aqui se transportou e promoveu o inquérito para apurar as responsabilidades.

O fato do desfalque, como era natural espalhou-se pela cidade, dando lugar a uma corrida que, por felicidade inaudita, não chegou a comprometer o crédito e a estabilidade do Banco, porque em seu auxílio vieram vários acionistas que fizeram vultosos depósitos, salientando-se entre eles, o presidente, que arcou com a maior responsabilidade dos depósitos, na hora aguda da corrida.

A diretoria no sentido de ressalvar os direitos da sociedade moveu uma ação contra o senhor Abelardo de Aquino Fonseca no intuito de ressarcir os prejuízos sofridos pelo Banco. Por medidas de economia foram dispensados alguns funcionários, uma vez que a diminuição do movimento interno fazia desnecessário os seus serviços, recebendo todos legal indenização. Porém, a diretoria abriu mão de qualquer gratificação a que por ventura tivesse direito. (32)

Apesar de todas essas anomalias na vida administrativa do estabelecimento, ainda se consegue apresentar um balanço com um lucro bruto de R\$ 1.146.344,00 (Um milhão, cento e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro cruzeiros). De duzidas as despesas que foram acrescidas, com indenização e pagamentos da perícia, em face da exigência da autoridade policial encarregada do inquérito, ficou líquido legalmente, na importância de R\$ 229.775,40 (Duzentos e vinte e nove mil, sete - centos e setenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos).

Diante de tudo isso, podemos verificar nos balanços realizados antes e depois do desfalque a enorme diferença de valores.

Balanço realizado em 30.06.1948 (antes do desfalque)

ATIVO

- Disponível.....	3.702.934,00
- Realizável.....	24.833.181,30
- Imobilizado.....	478.237,40
- Contas de compensação.....	13.820.313,10
-	<hr/>
- Total.....	42.834.665,80

PASSIVO

- Não exigível.....	3.895.987,20
- Exigível.....	16.621.791,90
- Prazo Fixo/aviso prévio.....	4.704.735,00
- Outras responsabilidades.....	3.791.838,60
- Contas de compensação.....	13.820.313,10
	<hr/>
- Total.....	42.834.665,80

Fonte: Diário Oficial - 09 de agosto de 1949.

Agora passamos a analisar a fase do pós-desfalque , com o balanço realizado em 31.12.1948.

ATIVO

- Disponível.....	1.632.680,00
- Realizável.....	18.215.719,00
- Imobilizado.....	481.234,10
- Contas de compensação.....	7.106.380,40
	<hr/>
- Total.....	27.436.013,50

PASSIVO

- Não exigível.....	3.990.073,50
- Exigível.....	12.148.328,80
- Outras responsabilidades.....	4.191.230,80
- Contas de compensação.....	7.106.380,40
	<hr/>
- Total.....	27.436.013,50

Fonte: Diário Oficial - 09 de agosto de 1949.

Notamos, portanto, uma queda que tiveram as opera -

ções bancárias em torno de 36%, e vamos acompanhar através dos balanços dos anos seguintes, mesmo em passos lentos a reestabilização do Banco do Comércio.

Balanço realizado em 30.06.1949.

ATIVO

- Disponível.....	2.455.018,50
- Realizável.....	18.021.495,40
- Imobilizado.....	476.631,30
- Resultados pendentes.....	103.204,10
- Contas de compensação.....	6.604.115,10
-	
- Total.....	27.660.464,40

PASSIVO

- Não exigível.....	4.058.390,30
- Exigível.....	8.933.359,10
- Outras responsabilidades.....	16.834.400,70
- Resultados pendentes.....	163.558,20
- Contas de compensação.....	6.604.115,10
-	
- Total.....	27.660.464,40

Fonte: Diário Oficial - 16 de agosto de 1949.

Verificamos um aumento de 0,8% com relação ao balanço realizado em 31.12.1948.

Aos 21.01.1950 o Banco reunido em assembléia redigiu um relatório que expressava o seguinte:

"Como sabemos, o Banco sofreu no ano de 1948, um forte abalo, pela desorganização reinante naquela época, dando lugar a um desfalque, cujos efeitos ainda continuam se refletindo na sua vida econômica. Todavia os nossos esforços, no senti

do de colocá-lo em melhor situação deram alguns resultados; pois se no primeiro semestre não foi possível distribuir dividendos, o mesmo não aconteceu no segundo que, se não distribuimos um dividendo compensador, o fizemos na base de 5% a.a., enriquecendo ainda as reservas com a importância de R\$ 68.316,80 no primeiro semestre e a de R\$ 115.397,20 no segundo semestre.

Devemos acrescentar que estamos sentindo que a confiança do público já está restaurada dando lugar a que o Banco se movimente de modo perfeitamente normal.

Quanto ao procedimento judicial, é lamentável que tenhamos de declarar neste relatório que até a presente data, a ação de indenização de perdas e danos movida por este Banco contra os responsáveis, pelo vultoso desfalque nele constatado, ainda permanece congelado, em poder da autoridade judiciária que preside o andamento do feito.

Em conclusão, a responsabilidade criminal pelo desfalque foi de inteira responsabilidade do ex-diretor gerente, o Sr. Abelardo de Aquino Fonseca." (33)

O Banco em 1950 já funcionava normalmente, nos dois balanços verificados em junho e dezembro de 1950, o Banco consegue um lucro bruto de R\$ 1.989.800,10, restando líquido o lucro de R\$ 229.959,20. Foram levados à conta de lucros e perdas, títulos, no valor de R\$ 238.316,20, sendo R\$ 117.417,60 e R\$ 120.898,60, respectivamente do primeiro e segundo semestre distribuídos em dividendos de 5% e ainda sobraram para reservas R\$ 44.077,10. (34)

O movimento geral passou a ser um dos mais animados. A conta de depósitos, em contas correntes e a prazo fixo, já havia subido para quase R\$ 18.000.000,00. Isto sem ter tido nenhum retorno do respectivo desfalque, pois a ação de indenização movida pelo Banco contra o Sr. Abelardo Aquino Fonseca, havia mais de dois anos que estava na gaveta do Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca.

No período que decorreu de fevereiro de 1952 a 1953, os negócios bancários correram normalmente, verificando-se equilíbrio nas suas operações e lucros razoáveis. E se melhor

não foi o resultado que apresentamos foi devido à crise tremenda que dominou o comércio e os estabelecimentos de créditos de todo o país. Não foram pequenas as dificuldades encontradas, todavia a diretoria empregou os esforços necessários no sentido de manter o equilíbrio e apresentar, lucros razoáveis.

Nos dois balanços verificados em junho e dezembro de 1952 o Banco conseguiu um lucro bruto de R\$ 2.658.788,20 e líquido de R\$ 853.874,10. A conta de lucros e perdas foi elevada a importância de R\$ 260.824,00, a fundo de provisão R\$ 170.000,00 e as contas de reservas R\$ 112.097,60. (35)

Neste período o movimento geral se apresentava com boas perspectivas, tanto assim que já se cogitava a convocação de uma assembléia geral extraordinária para discutir e deliberar sobre aumento de capital do Banco.

No transcurso do exercício de 1953 os negócios correram sem qualquer fato anormal, registrando-se acentuado progresso nas suas operações. Podemos dizer que pelo resultado do exercício, verificamos um progresso bem significativo na sua situação econômica e financeira, e tudo isso, ainda é mais de se notar, em face da situação de crise financeira que vinha atravessando a nossa região em virtude das secas constantes que ameaçavam a sua economia.

Nos dois balanços, de junho e dezembro, do ano de 1953, o Banco conseguiu o lucro bruto de R\$ 3.217.107,10 e líquido de R\$ 1.142.595,40. Foi levado à conta de lucros e perdas a importância de R\$ 79.174,00, a fundo de provisão R\$ 305.000,00 e as contas de reservas R\$ 80.185,00. (36)

Nos dois balanços de junho e dezembro de 1954, houve progresso bem pronunciado em compensação com os dos anos anteriores, pois os lucros brutos atingiram R\$ 3.611.187,10 e os líquidos R\$ 1.469.296,50, indo as reservas R\$ 228.464,80, sendo R\$ 73.464,80 para o fundo legal e R\$ 155.000,00 para outras reservas. (37)

No período de exercício de 1955 a economia paraibana, principalmente no que se relaciona com a praça de Campina Grande, sofre as inevitáveis consequências dessa perturbação na circulação das riquezas, no Estado. E é natural que o fato

se reflita, de modo geral, nas diferentes atividades e negócios, como resultado das constantes mudanças na política econômica-financeira do país, das práticas violentamente deflacionárias e restringidores de crédito.

Comparando o último balanço de 1955, com o balanço de 1954, veremos:

- ENCAIXES

- Total das disponibilidades em 12/54	- Cr\$ 4.403.844,80
- Disponível em 12/55	- Cr\$ 9.003.326,70
- Aumento verificado em 1955	- Cr\$ 4.599.481,90

- APLICACÕES

- Soma dos empréstimos em 1955	- Cr\$ 25.519.450,70
- Soma dos empréstimos em 1954	- Cr\$ 22.530.081,10
- Aumento verificado em 1955	- Cr\$ 2.989.369,60

- DEPÓSITOS

- Total dos depósitos em 1955	- Cr\$ 28.184.603,00
- Soma dos depósitos em 1954	- Cr\$ 21.644.896,10
- Aumento verificado em 1955	- Cr\$ 6.539.706,90

- VOLUME GLOBAL DAS OPERAÇÕES

- Em 1954	- Cr\$ 41.272.406,10
- Em 1955	- Cr\$ 48.711.202,90
- Aumento em 1955	- Cr\$ 7.438.796,80

- RECEITA BRUTA

- Em 1954	- Cr\$ 2.906.187,10
- Em 1955	- Cr\$ 3.193.521,10
- Aumento em 1955	- Cr\$ 287.334,00

- RECEITA LÍQUIDA

- Em 1954	- Cr\$ 764.296,50
- Em 1955	- Cr\$ 1.218.218,40
- Aumento em 1955	- Cr\$ 453.919,90

Fonte: Ata da assembléia realizada em 18.02.1956.

Verificamos nos balanços elaborados, que o aumento das operações realizadas pelo Banco, tornam-se justamente comprovados, e conseqüentemente os outros anos continuaram crescendo dessa forma.

O seu primeiro aumento de capital realizou-se em 26.05.1956 de ₧ 3.000.000,00 para ₧ 8.000.000,00, dividido em quarenta mil ações nominativas de duzentos cruzeiros cada uma. O Banco, durante 13 anos de sua existência, nunca tomou qualquer iniciativa no sentido de aumentar as suas possibilidades para atender a numerosa clientela que o procurava. Sabemos da desvalorização da moeda, de maneira que esse capital inicial, nada significa, quer pelo desajustamento econômico, quer em face do assombroso crescimento dos meios financeiros. Nesta época, a cidade tinha um comércio e uma indústria muitas vezes maiores do que do início da fundação do Banco. Para o Banco era preciso acima de tudo manter o lugar que lhe competia e que conseguiram conquistar, isto, à custa de muitos esforços e sacrifícios. Aumentando o seu capital, conseqüentemente, aumentariam o seu conceito, tanto em relação aos seus clientes, como externamente, perante aqueles que os honraram com a sua confiança. (38)

No mesmo ano em 1956, o crescente desenvolvimento do Banco estava a exigir uma reforma dos seus estatutos. Mudaram as condições econômico-financeiras do meio ambiente, aumentaram os depósitos, crescia cada vez mais a procura de numerário para o incremento dos negócios na praça. O Banco ganhava cada dia a confiança dos seus acionistas, clientes e públicos em geral.

O exercício de 1957, pode ser apreciado o excepcional aumento verificado no último balanço, atingindo a cifra de ₧ 130.030.857,90, contra ₧ 92.099.606,70 de 1956.

O ano de 1958, foi marcado pelas dificuldades de ordem econômico-financeiro, foram maiores do que as dos exercícios anteriores, por efeito de uma estiagem sem precedentes, esse flagelo social, com raízes em todas as atividades regionais. Mesmo diante de toda esta situação caótica, o Banco teve um sensível aumento, expressando-se em 1958 pela cifra

de R\$ 151.963.997,50. (39)

Em assembléia realizada em 01.08.1961, discorrendo sobre a fase de expansão, aludiu a necessidade de ser criada uma agência na cidade de João Pessoa, capital do Estado, bem como, outra agência urbana, na zona do mercado, nesta cidade, centro comercial que se avultava dia a dia, agrupando as operações dos bairros de Santo Antonio, José Pinheiro, Monte Castelo e de toda a região rural, produtora de abastecimento, que movimentava a maior feira do nordeste. A aprovação foi unânime. Neste mesmo ano o Banco aumentou seu capital de R\$ 8.000.000,00 para R\$ 30.000.000,00, o que devemos levar em consideração que foi um aumento bastante considerável.

A sociedade consegue com o seu desenvolvimento já nos anos 50 ter a duração do maior prazo permitido em lei, compreendendo os prazos de validade da carta Patente e prorrogações obtidas.

A expansão da área de operações, relativo ao ano de 1961 é marcada pela disposição que o Banco tem em atender aos justos reclamos dos outros centros comerciais. A popularidade deste estabelecimento gerada pelo labor constante de assistência às diversas formas de produção ultrapassa os limites do município de Campina Grande. A abertura da filial em João Pessoa, constituiu o mais invulgar êxito, correspondido pelo mais simpático acolhimento já proporcionado a um estabelecimento de crédito. Pessoaenses e Campinenses encontraram no Banco do Comércio um denominador comum para maior aproximação comercial e decisiva contribuição ao desenvolvimento do Estado. O comparecimento do comércio e da indústria da capital se constituiu no estímulo mais acentuado que o Banco já recebeu.

Com um desenvolvimento cada vez maior, o Banco em 1962, aumentou seu capital de R\$ 30.000.000,00 para R\$ 60.000.000,00, em espécie de cento e cinquenta mil ações ordinárias e nominativas, no valor unitário de R\$ 200,00. (10)

No ano seguinte, 1963 o Banco efetua outro aumento, sendo este um aumento bastante satisfatório de R\$ 60.000.000,00 para R\$ 100.000.000,00, neste mesmo período elevou-se novo aumento de capital para R\$ 150.000.000,00.

Naquele ano, o Banco instala uma filial na cidade de Esperança tornando-se o primeiro estabelecimento bancário daquela cidade. A instalação da agência do Recife tornou-se um acontecimento de grande repercussão notadamente na própria capital pernambucana.

O balanço realizado em 12.1964 demonstra seu crescimento, sendo o total do ativo e passivo deste ano de R\$ 6.555.259.348,00 (Seis bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta e oito cruzeiros). Neste mesmo ano o Banco eleva seu capital de R\$ 150.000.000,00 para R\$ 405.000.000,00, e em 1965 passou de R\$ 405.000.000,00 para R\$ 600.000.000,00. (11)

O Banco do Comércio possuía agência nos seguintes estados: Pernambuco, em Recife e Caruaru, Paraíba nas cidades de Patos, João Pessoa, Esperança, Guarabira, Cuité e Souza; no Rio Grande do Norte na cidade de Natal.

Em 1968 o Banco do Comércio é incorporado pelo Banco Aliança do Rio de Janeiro S/A, portanto, a partir daí estava extinta a sociedade Banco do Comércio de Campina Grande S/A. Sabemos portanto, que as causas que levaram a extinção da sociedade não foi por ordem de dificuldade econômico-financeira do próprio Banco, mas certamente uma boa oferta por parte do Banco Aliança do Rio de Janeiro S/A, pois os Bancos de maior porte, já tomavam o lugar dos Bancos menores. Isto nada mais é, do que a máquina do capitalismo que faz sair, dos campos de concentração de rendas, os mais fracos.

- COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CRÉDITO POPULAR DE CAMPINA GRANDE LTDA.

A Cooperativa Agrícola de Crédito Popular de Campina Grande Ltda, foi fundada em 11.01.1960 e infelizmente não encontramos uma história do seu desenvolvimento, mas só e exclusivamente o seu estatuto de fundação. Portanto, mencionaremos alguns itens de suma importância.

O seu capital mínimo foi de R\$ 100.000,00 (Cem mil

cruzeiros), dividido em mil quotas-partes de R\$ 100,00 (Cem cruzeiros) cada uma.

O primeiro conselho de administração foi constituído da seguinte forma: Antonio Rodembusch (Presidente), João Cavalcanti Pedrosa (Diretor-Gerente) e Francisco Asfora (Diretor-Secretário).

A Cooperativa foi fundada com o objetivo econômico de proporcionar crédito e moeda a seus associados, mediante taxa módica de juros, auxiliando, de modo particular o peque no trabalho em qualquer ordem de atividade em que ele se manifeste.

A Cooperativa tem como sede a cidade de Campina, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. No cumprimento de seu programa de ação, a Cooperativa procurará fazer esforços para fomentar à agricultura incrementando o crédito Agrícola em sua genuína forma e a vida rural com a propaganda e prática do cooperativismo. A Cooperativa poderá também se encarregar da compra de sementes, adubos, maquinas e utensílios agrícolas para os associados que o requeiram, bem assim, interceder, a pedido destes, para auxiliar a venda nos mercados convenientes dos seus produtos agrícolas.

As operações se destinarão, exclusivamente, aos fins abaixo relacionados:

- a) custeio de entre-safras; aquisição de adubos; sementes;
- b) construção e conservação de açudes.

Os associados são em número ilimitado, não podendo, porém, esse número ser inferior a sete.

Não serão levados em consideração, para qualidade de associados, motivos de ordem social, política, religiosa ou racial. (12)

Estas são as poucas informações que podemos dar a respeito desta Cooperativa, pois não sabemos como se desenvolveu ou como foi sua extinção. A falta dos registros relativos a esta documentação, não permitem elaborar um trabalho mais completo. Ficamos limitado aos seus estatutos, e como consequência disto, apenas registramos a existência deste estabele

cimento de crédito.

COOPERATIVA BANCO AGRÍCOLA E MERCANTIL DA
BORBOREMA LTDA

A Cooperativa Banco Agrícola e Mercantil da Borbo - rema Ltda, foi fundada em 23.03.60, por 17 agricultores e 7 comerciantes. A Cooperativa tinha como local de sede a cidade de Campina Grande. O capital mínimo da Cooperativa foi de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil cruzeiros), dividido em 3.500 (Três mil e quinhentos) quotas-partes.

A primeira diretoria foi constituída por: João Bar - bosa da Silva (Diretor-Presidente), José Monteiro (Diretor - Gerente) e Alfredo Travassos (Diretor-Secretário).

Os objetivos sociais da Cooperativa era proporçio - nar crédito aos seus associados, e exclusivamente a eles, por meio de mutualidade e de economia, mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade, seja agrícola, comercial, indus - trial ou profissional, procurando ao mesmo tempo, dentro de seu plano de ação, fazer obra de elevação moral e social, e contribuindo tanto quanto possível, para formar crédito popu - lar e agrícola e incentivar o Cooperativismo em suas várias modalidades. (13)

Em junho de 1960 o serviço de economia rural, ten - do em vista a legislação em vigor, contestou o registro da Cooperativa pela inclusão da palavra "Banco" na denominação. O Sr. presidente propôs que a sociedade passasse a denominar - se "COOPERATIVA AGRÍCOLA DA BORBOREMA LTDA", incluindo uma secção de compras de material agrícola para os associados.

A área de ação da Cooperativa abrangia os municí - pios de Campina Grande, Ingá e Aroeiras. Seu prazo de dura - ção era ilimitado.

Podiam fazer parte desta Cooperativa todos aqueles que tendo livre disposições de suas pessoas e bens, concor - dem com os estatutos e tenham atividade econômica e profissi - onal dentro da área de ação da mesma. Os menores não emanci -

pados, maiores de 16 anos de idade e as mulheres casadas, poderiam também associar-se independentemente da assistência do pai ou da autorização do marido, e operar com os recursos próprios, não podendo, porém, contrair compromissos que possam onerar os próprios bens e os do casal.

Em assembléia em 31 de outubro de 1969, foi aprovado por unanimidade de votos, que a sociedade deverá entrar em liquidação a partir do dia 03 de novembro, isto é, a extinção da sociedade. O motivo da tal iniciativa infelizmente não constam nos arquivos referentes a Cooperativa. Pois, acreditamos que se tratando de um estabelecimento de crédito que só teve uma duração de nove anos, evidentemente não podemos contar com uma história brilhante, mesmo quando a maioria dos associados são agricultores, e com certeza não tiveram condições de levar adiante seus objetivos em função de melhores condições para o homem do campo.

- NOTAS

- 01 - BANCO (Verbete), Enciclopédia Delta Larouse, p. 2318
- 02 - Alvaro da Veiga Coimbra, Noções de Numismática Brasileira, Revista de História. p. 517 a 520 .
- 03 - RIBEIRO, Benetido e GUIMARÃES, Mario Mazzei, História dos Bancos e Desenvolvimento Financeiro do Brasil, p. 34-35.
- 04 - RIBEIRO, Benedito... , Op. Cit. p. 43
- 05 - Idem, p. 63
- 06 - Idem, Ibidem
- 07 - Idem, p. 64
- 08 - Idem, p. 73
- 09 - Idem, p. 77
- 10 - Celso Mariz, Evolução Econômica da Paraíba, p. 44
- 11 - Celso Mariz, Op. Cit. p. 45
- 12 - Idem, p. 77
- 13 - Idem, p.121
- 14 - Idem, p.122
- 15 - Campina Grande (Verbete), Enciclopedia dos Municípios p. 231

- 16 - Elpidio de Almeida, História de Campina Grande, p.147-158
- 17 - Elpidio de Almeida, Op. Cit. p. 159 a 164
- 18 - Idem, p. 256
- 19 - Celso Mariz, Cidades e Homens, p. 17
- 20 - Campina Grande (Verbete), Op. Cit. p.234
- 21 - Epaminondas Camara, Datas Campinenses, p. 165
- 22 - Maria Francisca Thereza C. Cardoso, Campina Grande e Sua Função como Capital Regional, p. 17
- 23 - Campina Grande(Verbete), Op. Cit. p.234
- 24 - Ata da Assembléia de fundação do Banco, datada de 20.12.1930, Junta Comercial de Campina Grande.
- 25 - Ata da Assembléia realiza em 15.05.1942, quando da fundação do Banco, Junta Comercial de Campina Grande.
- 26 - RIBEIRO, Benedito e GUIMARÃES..., Op. Cit. p. 371 a 372
- 27 - Ata da Assembléia realizada em 27 de maio de 1969, Junta Comercial de Campina Grande.
- 28 - Ata da Assembléia realizada em 10.10.1972, Junta Comercial de Campina Grande.

- 29 - Idem.
- 30 - Ata da Assembléia realizada em 26 de agosto de 1943, quando da fundação do Banco, Junta Comercial de C. Grande.
- 31 - Diário Oficial - 09 de agosto de 1949.
- 32 - Idem.
- 33 - Idem.
- 34 - Ata da Assembléia realizada em 30 de janeiro de 1951, Junta Comercial de Campina Grande.
- 35 - Ata da Assembléia realizada em 24 de fevereiro de 1953 , Junta Comercial de Campina Grande.
- 36 - Ata da Assembléia realizada em 24 de fevereiro de 1954 , Junta Comercial de Campina Grande.
- 37 - Ata da Assembléia realizada em 28 de fevereiro de 1955 , Junta Comercial de Campina Grande.
- 38 - Ata da Assembléia realizada em 26.05.1956, Junta Comercial de Campina Grande.
- 39 - Ata da Assembléia realizada em 23 de fevereiro de 1959 , Junta Comercial de Campina Grande.
- 40 - Ata da Assembléia realizada em 02 de janeiro de 1962, Junta Comercial de Campina Grande.
- 41 - Diário Oficial - 29 de setembro de 1965.
- 42 - Ata da Assembléia realizada em 14.01.60, quando da fundação da Cooperativa, Junta Comercial de C. Grande.
- 43 - Ata da Assembléia realizada em 23.03.60, quando da fundação da Cooperativa, Junta Comercial de Campina Grande.

- CONCLUSÃO

Vendo o caso da Paraíba, e especialmente Campina Grande, podemos perceber que a linha férrea, fazendo de Campina Grande um terminal ferroviário e as estradas que ligavam esta cidade aos grandes sertões, tornando-a um grande centro comercial com a sua feira e o seu comércio de algodão, gerando capital, conseqüentemente, gerou a abertura de vários estabelecimentos de créditos, de origem Campinense, como foi tratado neste trabalho.

Portanto, estes bancos que tanto contribuíram para o desenvolvimento comercial de Campina Grande, como também, para outras cidades do interior do próprio Estado, foram se estendendo a outros Estados, levando uma maior contribuição para o desenvolvimento do Comércio. Porém, não podemos negar o grande impulso que deram estes bancos a vida econômica de Campina Grande, mas, não esquecendo, que a fundação deles, se deve ao comércio, à grande praça algodoeira do Nordeste.

Quando pensávamos que os Bancos de origem Campinense, não mais existiam nesta cidade, tivemos a idéia de ter como tema principal deste trabalho monográfico o título: "Ascensão e Queda do Sistema Bancário em Campina Grande". Porém, as pesquisas realizadas nos arquivos da Junta Comercial de Campina Grande, como também através de autores que tratam deste assunto, viemos constatar, que não houve verdadeiramente uma queda do sistema bancário local. Mesmo que alguns de-

les, terminado o seu prazo de duração e não o prolongando ; não tenha significado uma queda, enquanto que outros bancos, que foram incorporados por outros existentes hoje na Praça, também não foram por motivo de falência, mas, de grandes propostas vantajosas que levaram os acionistas a extinguir a referida sociedade.

Portanto, tivemos que mudar o título para: "HISTÓRIA DOS BANCOS CAMPINENSES".

Após esta visão do sistema de crédito de origem Campinense, podemos concluir com clareza, que aqueles estabelecimentos que estavam ligados ao comércio, que possibilitavam todas as operações, eles cresceram e se desenvolveram muito rápido, e, se desapareceram não foi por falência, como já citamos, e sim por propostas que só beneficiavam os que constituíam sua sociedade. Enquanto as Cooperativas, ligadas muito mais ao trabalhador agrícola, estas tiveram pouca duração, o que nos faz entender que Campina Grande era muito mais uma cidade-mercado do que essencialmente agrícola.

Como já citamos o trabalho apresentou falhas, mas, com certeza dará uma contribuição para o entendimento do desenvolvimento comercial e do sistema bancário nesta cidade.

- BIBLIOGRAFIA

- 01 - ALMEIDA, Elpidio de.
História de Campina Grande, Campina Grande, Livraria Pedrosa, 1962.
- 02 - BANCO (Verbete)
Enciclopédia Delta Larouse, Editora Delta S/A, Rio de Janeiro, Volume V, 1964.
- 03 - CAMARA, Epaminondas.
Datas Campinenses, João Pessoa, Departamento de Publicidade, 1947.
- 04 - CAMPINA GRANDE (Verbete).
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro, "IBGE", 1960.
- 05 - CARDOSO, Maria Francisca Thereza C.
Campina Grande e Sua Função como Capital Regional, IBGE, 1964.
- 06 - COIMBRA, Alvaro da Veiga.
Noções de Numismática Brasileira (VIII), Revista de História, São Paulo, Outubro/Dezembro, 1960.
- 07 - GOMES, Luiz Souza.
O Que Devemos Conhecer de Moeda, Preços e Bancos, Rio de Janeiro, Livraria Tupã Editora, 1960.
- 08 - MARIZ, Celso.
Evolução Econômica da Paraíba, João Pessoa, A União, 1930.

09 - _____.

Cidades e Homens, Uma Edição, Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1985.

10 - RIBEIRO, Benedito e GUIMARÃES, Mario Mazzei.

História dos Bancos e Desenvolvimento Financeiro do Brasil. (History of Brazilian Banking and Financial Development) translated by George Reed, Rio de Janeiro, Pré-Service Ltda Editora, 1967. (Edição Bilingue).